

[illegible]

177
 Umh, capo da mandança
 Imprimiam oware
 de tiradas gualle q
 em Rua de fora de Gra du
 tudo fazer o q e com a da mandança
 e pda mandanda na glo a d
 nra q

Jan the moon C the 2nd day 1806 or 1807 ^{the} 1st day

A DIPLOMACIA DE D. MANUEL I SEGUNDO UM MANUSCRITO DA BIBLIOTECA BRITÂNICA

Diogo Faria
Universidade do Porto,
CEPESE, bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Resumo

Um manuscrito anónimo português, depositado na Biblioteca Britânica, contém quatro catálogos de missões diplomáticas enviadas e recebidas por D. Manuel I (1495-1521). Neste artigo procede-se à identificação do autor desse trabalho, à datação do manuscrito, ao exame das condições em que foi elaborado e à sistematização e análise dos dados que contém.

Abstract

A Portuguese anonymous manuscript, held in the British Library, contains four catalogs of diplomatic missions that King Manuel I (1495-1521) has sent and received. In this paper, the author of that work is identified, the manuscript is dated and the conditions of its elaboration are examined. Finally, the data contained in that document are systematised and analyzed.

Palavras-chave

Palavras-chave: Diplomacia, D. Manuel I, Embaixadas, Embaixadores, Academia Real da História, Historiografia

Keywords

Diplomacy, King Manuel I, Embassies, Ambassadors, *Academia Real da História*, Historiography.

Artigo recebido em: 30.06.2016 | Artigo aceite para publicação em: 27.09.2016

A diplomacia de D. Manuel I segundo um manuscrito da Biblioteca Britânica

Diogo Faria¹

Na Biblioteca Britânica, em Londres, inserido numa miscelânea de documentos portugueses dos séculos XV a XVIII, encontra-se um manuscrito anónimo, não-coevo, sobre a diplomacia de D. Manuel I (1495-1521)². Trata-se de um conjunto de quatro listas: duas das embaixadas que o rei enviou ao estrangeiro (distinguindo-se as missões que são dadas como certas das que levantam dúvidas) e duas das que foram recebidas (mantendo-se essa distinção). Para cada um dos acontecimentos registados, são quase sempre indicados os protagonistas, os objetivos, os resultados, as datas e as fontes.

A ausência de estudos de conjunto sobre as relações externas deste monarca³ pode

tornar este documento, se devidamente contextualizado e criticado, um ponto de partida interessante para o conhecimento da atividade diplomática daquele período. É por isso que este trabalho tem como objetivos a edição do texto, a datação e identificação do seu autor, a sistematização e análise dos dados que contém e o apontar de possíveis caminhos a percorrer para aprofundar este assunto⁴.

I. A fonte

1. British Library, Add. MS. 20958

O manuscrito 20958 da série *Additional* da Biblioteca Britânica é uma miscelânea de documentos portugueses, integrando originais e cópias produzidos entre os séculos XV e XVIII. Nos seus 262 fólios é possível encontrar peças tão diversas como o texto de um suposto juramento de D. Afonso Henriques sobre o milagre de Ourique, uma ordenação de D. Afonso V sobre a moeda e cartas régias de monarcas como D. Filipe I (1580-1598) e D. Pedro II (1683-1706)⁵. Não se acha neste tomo qualquer indicação sobre quando foram reunidos estes documentos, quem executou essa tarefa, onde e por que motivos.

O manuscrito que se trata neste trabalho ocupa oito fólios e os respetivos versos, e está dividido em quatro secções claramente distintas⁶. A inaugurá-las está sempre o título:

dos Livros, 2009, pp. 199-435, *maxime* pp. 207-208; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. II, 3ª edição, Lisboa, Verbo, 2001, pp. 11-31.

⁴ A realização deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração do meu colega Pedro Pinto, do Centro de Estudos Históricos, que, para além de me ter dado conta da existência deste documento, apresentou-me valiosas sugestões para o seu estudo. Por isso lhe estou, mais uma vez, muito grato.

⁵ Este manuscrito encontra-se sumariado em Conde de Tovar, *Catálogo de manuscritos portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*, Lisboa, Academia das Ciências, 1932, pp. 138-149.

⁶ O Conde de Tovar descreveu-o assim: “A fls. 17-24. Listas dos embaixadores mandados por D. Manuel às côrtes estrangeiras e dos embaixadores estrangeiros que vieram a Portugal durante o seu reinado. Com

¹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/92197/2013).

² British Library [BL], *Additional Manuscripts*, ms. 20958, fls. 17-24v.

³ O que não significa que não haja apreciações gerais (de profundidade e enfoque temático diversos) em obras de âmbito mais alargado: Jean Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel, 1495-1521*, vol. III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 15-30, 103-110, 111-119, 123-148, 149-187, 223-251, 443-463; João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I, Um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, pp. 117-137, 211-284, 359-368; João José Alves Dias, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “A conjuntura”, in *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 689-760, *maxime* pp. 716-721; José Manuel Fragoso, *A História Diplomática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 1997, pp. 48-63; Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força*, 2ª edição, Lisboa, Tribuna da História, pp. 116-125; Joaquim Romero Magalhães, “D. Manuel I”, in *No Alvorecer da Modernidade*, coord. Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 443-449, *maxime*, pp. 447-448; Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, 3ª edição, Coimbra, Almedina, pp. 108-135; Nuno Gonçalo Monteiro, “Idade Moderna (séculos XV-XVIII)”, in *História de Portugal*, coord. Rui Ramos, Lisboa, Esfera



“Memoria dos embaixadores que El Rei D. Manuel mandou a diversos principes da Europa”⁷, “Catalogo dos embaixadores que diversos reys da Europa mandarão a el Rey Dom Manoel”⁸, “Menistros que de diversos reynos vierão a Portugal dos quais ou se ignora o carater ou vierão sem elle”⁹, “Menistros que forão mandados por el rey Dom Manoel a diversos reynos da Europa alguns dos quais forão sem caráter e outros se ignora”¹⁰. A fechá-las, sempre uma mensagem de conteúdo muito próximo: “Pedesse ingenuamente toda a noticia do tempo em que sahirão estes menistros de Portugal e voltarão ao Reyno e tambem a confirmação se forão ou não, seus nomes, titulos e carater ou alguma noticia da sua geneologia, a forma como tratarão as suas negociações, defficuldades e sucesos, com quem conferirão as repostas que se lhe derão, e merces que lhe forão feitas e finalmente tudo o que for util a composiçõ das memorias”¹¹. Em grande medida, foi a partir desses elementos que se conseguiu chegar à identificação do autor.

2. Identificação do autor

A frequente referência a “memórias”, a composição do texto num registo de recolha e ordenação de dados factuais (ou seja, de lista ou catálogo)¹², e o tipo de caligrafia que remete para o século XVIII fizeram supor que a elaboração deste documento se poderia enquadrar na produção memorialística de duas das principais associações científicas fundadas em Portugal no século das Luzes: a Academia Real da História Portuguesa (1720) e a Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). Tendo isso em conta, optou-se por iniciar uma pesquisa nos registos da primeira instituição,

observações e referências do autor das listas.” Conde de Tovar, *Catálogo de manuscritos...*, p. 139.

⁷ BL, *Additional Manuscripts*, ms. 20958, fl. 17.

⁸ BL, *Additional Manuscripts*, ms. 20958, fl. 19.

⁹ BL, *Additional Manuscripts*, ms. 20958, fl. 22.

¹⁰ BL, *Additional Manuscripts*, ms. 20958, fl. 23.

¹¹ BL, *Additional Manuscripts*, ms. 20958, fl. 24v.

¹² Aspeto tratado por José Mattoso em José Mattoso, *A escrita da História, teoria e métodos*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 106-107.

com o objetivo de verificar se algum académico foi incumbido de estudar a política externa de D. Manuel I.

Consultando a *História da Academia Real da História Portuguesa*¹³, composta pelo Marquês de Alegrete – que talvez se trate do primeiro trabalho de história da historiografia realizado em Portugal –, constata-se que, uma vez selecionados os académicos, os trabalhos da Academia arrancaram com a distribuição de tarefas entre todos os seus membros. Os encargos dividiram-se entre três domínios: a história eclesiástica, prevendo-se a elaboração de memórias sobre cada uma das dioceses do reino, tanto em português como em latim; a história secular, que enquadrava os estudos sobre o território português desde tempos pré-romanos e a vida de cada um dos monarcas; e os “empregos diversos”, que incluíam a história da inquisição e das ordens militares, assim como os “pontos geográficos” e os “pontos jurídicos”¹⁴.

Dada a inexistência de referências a trabalhos específicos sobre política externa, focou-se a atenção no responsável pela composição das memórias sobre o reinado de D. Manuel I: Francisco Dionísio de Almeida¹⁵. Após a sua identificação, consultou-se a *Coleção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História*¹⁶, em busca de elementos sobre o seu envolvimento nas atividades da instituição.

¹³ Manuel Teles da Silva (Marquês de Alegrete), *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, Lisboa, 1727.

¹⁴ Manuel Teles da Silva, *Historia da Academia...*, pp. 60-66. Estes empreendimentos, ainda que frustrados em relação à maior parte dos objetivos, corresponderam à autonomização do “campo historiográfico” em Portugal, com regras discursivas próprias e definidas, associado a uma função de “autor-historiador”, enquadrado pelos movimentos culturais do Iluminismo. Estes aspetos foram estudados em: Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural, e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Minerva, 2003; Luís Reis Torgal, “Antes de Herculano...”, in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 23-42, *maxime* pp. 24-27.

¹⁵ Manuel Teles da Silva, *Historia da Academia...*, p. 66.

¹⁶ *Collecçam dos documentos, e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*, ed. Manuel Teles da Silva, Lisboa, 1722.

A primeira conferência da Academia realizou-se no dia 18 de dezembro de 1721. Nessa sessão, após a oração de abertura do Marquês de Alegrete, secretário, e a distribuição de documentos, caberia aos membros presentes dar conta do ponto da situação em relação aos trabalhos de que haviam sido incumbidos. Francisco Dionísio de Almeida falou após o Marquês de Fronteira: já tinha em mãos o segundo volume das suas memórias, em que tratava das vidas das três mulheres e dos filhos de D. Manuel I (não se referindo ao conteúdo do primeiro tomo, supõe-se que fosse dedicado à biografia do monarca e que o autor tenha falado sobre ele a 28 de agosto de 1721, quando pela primeira vez informou os colegas sobre as memórias que tinha em mãos); seguir-se-iam capítulos sobre outros membros da família real, como a rainha-viúva D. Leonor, a duquesa de Beja D. Beatriz e a *Excelente Senhora*; por fim, “disse que tinha feito catalogos de todos os embaixadores, que ou forão mandados por el Rey D. Manoel, ou vierão a este Reyno por ordem de diversos Principes da Europa”. Acrescentou que tinha dúvidas em relação ao caráter de algumas das missões diplomáticas e que tinha distribuído exemplares desses catálogos por outros académicos, para que pudessem completá-los. Por fim, concluiu que lhe faltavam muitos documentos para que pudesse tratar individualmente cada uma das embaixadas, comprometendo-se a prosseguir a pesquisa “para que pudesse com brevidade offerer à Academia claros testemunhos da sua diligencia”¹⁷.

A intervenção de Francisco Dionísio de Almeida na primeira conferência da Academia da História não deixa margens para dúvidas: foi ele o autor do documento inserto nos fólhos 17 a 24v do manuscrito 20958 da British Library, porventura uma das tais cópias distribuídas por outros membros da Academia, provavelmente redigido entre 28 de agosto e 18 de dezembro de 1721.

3. Francisco Dionísio de Almeida (1696-1722)

Francisco Dionísio de Almeida da Silva e Oliveira, fidalgo da Casa Real¹⁸, nasceu em Lisboa a 9 de outubro de 1696, filho primogénito de Luís Cid da Silva e Oliveira e de Mariana Eugénia da Silva e Sousa. Entre os membros dos diversos ramos da sua família contavam-se vários detentores de ofícios na Casa Real e no Conselho de Estado, para além de militares qualificados e de prelados. Morreu na mesma cidade, no dia 16 de janeiro de 1722 (portanto, com apenas 25 anos), vitimado por um “maligno acidente, commum aos primeiros annos, e mais fatal aos adultos”¹⁹. É o elogio fúnebre que, três dias depois, sobre ele proferiu o conde da Ericeira na Academia da História que nos fornece o essencial dos seus dados biográficos²⁰.

De acordo com esse texto, Francisco Dionísio revelou cedo uma grande aptidão para o estudo das línguas, o que lhe permitiu dominar o espanhol, o francês, o italiano e o latim, “de que as musas mais severas o favorecerão mais”. Esses conhecimentos contribuíram para que fosse eleito para a Academia Real da História no momento da sua fundação, sendo um dos membros da minoria nobre entre a primeira geração de cinquenta académicos²¹.

Como já foi referido, no momento da primeira distribuição de trabalhos entre membros da Academia, coube a Francisco Dionísio a

¹⁸ Segundo alvará de 7 de outubro de 1718, com direito a 2080 reis de moradia por mês e a um alqueire de cevada por dia. Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V*, liv. 10, fl. 168v.

¹⁹ Tendo em conta esta descrição, é bastante provável que tenha sido uma varicela a responsável pela morte de Francisco Dionísio de Almeida. Esta é uma doença infecciosa comum que é benigna em crianças mas potencialmente perigosa a partir da adolescência. Agradeço à Dra. Sofia Valdoleiros, médica do Centro Hospitalar do Porto, a ‘análise clínica’ deste testemunho histórico.

²⁰ *Colleçam dos documentos e memorias...*, doc. 3.

²¹ O clero era o estrato social mais representado na Academia, seguido de longe pela nobreza e pelo terceiro estado. Sobre o perfil dos membros da Academia Real da História, veja-se: Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História*, pp. 106-111 e 139-185.

¹⁷ *Colleçam dos documentos e memorias...*, doc. 1.



responsabilidade de elaborar as memórias do reinado de D. Manuel I²². Deu conta aos seus pares da execução da tarefa em três ocasiões. Quando morreu, tinha pronto o primeiro volume dessas memórias. O segundo estava em curso, assim como um catálogo das embaixadas enviadas e recebidas pelo *Venturoso*. Tanto quanto foi possível apurar, nenhum destes escritos chegou a ser publicado. Segundo a *Biblioteca Lusitana*, a produção bibliográfica de Francisco Dionísio integra ainda, para além dos dois tomos manuscritos sobre D. Manuel, uma “Lição Académica” publicada em Lisboa em 1737 e “varias poezias”²³.

Em suma, os catálogos sobre a diplomacia do *Venturoso* presentes no manuscrito 20958 da British Library foram redigidos por Francisco Dionísio de Almeida da Silva e Oliveira, um jovem académico da primeira geração de membros da Academia Real da História Portuguesa. As folhas que chegaram aos dias de hoje são, provavelmente, uma das cópias que o próprio autor distribuiu por alguns dos seus colegas, incitando-os à colaboração. Esse facto, associado às suas palavras numa assembleia da Academia, revela que estamos perante um trabalho em curso, conscientemente incompleto. Um elemento que temos de ter presente ao partir para a análise do seu conteúdo.

II. A diplomacia de D. Manuel I

1. As fontes do manuscrito

Antes de olhar às embaixadas enviadas e recebidas por D. Manuel e ao perfil dos seus

embaixadores, importa identificar as fontes em que se baseou este manuscrito e anotar as virtudes e insuficiências do *corpus*.

Nos seus catálogos, Francisco Dionísio de Almeida inclui 57 referências a fontes. Nesse conjunto, é esmagador o peso das citações da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, redigida por Damião de Góis (46 menções, ou seja, 80,7% do total), seguindo-se as cartas originais do monarca (quatro, 7%), os *Anales de Aragón* de Jerónimo Zurita (três, 5,3%), a *Crónica da Ordem dos Cônegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho* de Frei Nicolau de Santa Maria (duas, 3,5%), a *Espanha Ilustrada* de Andrea Schott (uma, 1,8%) e a *Crónica de D. João II* de Garcia de Resende (uma, 1,8%).

A crónica de Damião de Góis é um dos testemunhos fundamentais para o estudo do reinado de D. Manuel I. As suas quatro partes foram publicadas entre 1566 e 1567, e beneficiaram da vivência do autor na corte do *Venturoso* durante a juventude e do contacto com a documentação desse tempo que o exercício do cargo de Guarda-mor da Torre do Tombo lhe proporcionou a partir de 1548. Essas circunstâncias permitiram-lhe edificar uma obra sólida do ponto de vista factual, onde a objetividade se destaca face a qualquer marca de estilo²⁴, e que reflete uma das principais características da historiografia portuguesa do século XVI: o predomínio do relato dos feitos sobre a expansão e a construção império face às questões internas do reino²⁵. Estamos

²⁴ António José Saraiva e Óscar Lopes referem um “estilo incolor”. A. J. Saraiva, Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª edição, Porto, Porto Editora, 1996, p. 283.

²⁵ João Paulo Oliveira e Costa calcula que apenas 25,4% dos capítulos desta crónica sejam dedicados à ação política de D. Manuel no reino. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I...*, p. 24. Este e outros aspetos sobre a vida e obra de Damião de Góis são sucintamente tratados em: Ana Isabel Buescu, “Damião de Góis, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, coord. Alexandra Pelúcia, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2005. [Consultado em 5/06/2016] Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=792>; Rui Manuel Loureiro, “Góis, Damião de”, in *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*, dir. Francisco Contente Domingues, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, pp. 451-454.

²² Segundo o Conde da Ericeira, a sua predileção por este reinado devia-se ao facto de D. Manuel I ter sido generoso para com alguns dos seus antepassados. *Colleçam dos documentos e memorias...*, doc. 3.

²³ *Summario da Bibliotheca Lusitana*, vol. II, Lisboa, 1786, p. 68.

portanto perante uma fonte pertinente para o apuramento dos dados sobre as relações diplomáticas no tempo de D. Manuel I, ainda que insuficiente.

Os restantes testemunhos consultados e citados por Francisco Dionísio de Almeida, tendo em conta a reduzida quantidade de dados que permitiram apurar, assumem um caráter complementar face à crónica de Damião de Góis. Isso torna-se particularmente evidente se olharmos às escassas quatro cartas originais que são referidas, que indiciam que nenhum fundo de documentação manuscrita deve ter sido investigado de forma sistemática pelo autor. Não podemos esquecer, contudo, que os catálogos de que dispomos eram um trabalho em curso que Francisco Dionísio pretendia completar e aprofundar, como dão conta quer as suas declarações na sessão de 18 de dezembro de 1721 da Academia da História, quer o incitamento à contribuição dos seus pares expresso no final de cada uma das partes do manuscrito.

Em síntese: as listas de missões diplomáticas do reinado de D. Manuel I elaboradas por Francisco Dionísio de Almeida baseiam-se maioritariamente na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, complementada, em alguns pontos, por outros registos cronísticos e por pouca documentação original avulsa (no próximo ponto, verificar-se-á que o autor trabalhou estes testemunhos com enorme prudência e respeito pela letra do que estava escrito). Trata-se de um conjunto de fontes pertinentes e representativas face ao objeto de estudo, ainda que insuficientes tendo em conta a exaustividade que se pretendia alcançar.

2. Embaixadas enviadas

Ao abordar as missões diplomáticas enviadas por D. Manuel I ao estrangeiro, há que ter em conta a distinção que Francisco Dionísio de Almeida efetuou entre as que foram efetivamente embaixadas e os agentes que foram “sem caráter e outros se ignora”, ou

seja, situações em que o autor teve dúvidas quanto à natureza (mais ou menos formal) da missão. Parece-me que, na maior parte dos casos, o que fez o compilador duvidar foi o facto de as fontes consultadas (quase sempre a crónica de Damião de Góis) não incluírem explicitamente os termos “embaixador” ou “embaixada”, o que levava Francisco Dionísio, numa atitude cautelosa, a colocar em causa o caráter da missão, que teria de ser confirmado com recurso a outras fontes. Possivelmente, nem sempre se justificaria uma atitude tão prudente, uma vez que o perfil do agente (aspeto abordado mais à frente) e o objetivo que o levava ao estrangeiro poderiam por si só indiciar com um grau de probabilidade elevado que se tratava de um embaixador e de uma embaixada, mesmo que o cronista não se lhe referisse assim. Por exemplo, quando Álvaro de Bragança é enviado a Castela, entre 1496 e 1497, para tratar do casamento de D. Manuel com a princesa D. Isabel, filha dos Reis Católicos, não há grande margem para duvidar de que esta missão foi, formalmente, uma embaixada. Tendo isto em conta, na análise que se segue optou-se por, com algumas exceções, associar a primeira e a última das listas elaboradas por Francisco Dionísio de Almeida²⁶. Não tendo havido a possibilidade de confirmar, caso a caso, a natureza formal de cada uma das missões, é certo que em quase todas elas foi enviado ao estrangeiro um ou mais agentes da Coroa portuguesa para tratar de negócios do reino com representantes de outras entidades políticas²⁷.

²⁶ Pelas mesmas razões, procedeu-se de igual forma em relação às embaixadas recebidas.

²⁷ Veja-se em anexo o quadro das missões enviadas ao estrangeiro. Nem todas as referências efetuadas por Francisco Dionísio de Almeida nos dois catálogos foram incluídas, pois algumas dizem respeito a uma única missão ou não parecem sequer constituir uma missão diplomática. São os casos: da presença de Pero Correia na Flandres em 1518, que tudo indica fazer ainda parte da embaixada por si liderada que foi enviada ao Império em 1516 (fl. 18); do envio de Francisco Fernandes a Roma em 1495 para entregar uma procuração de D. Manuel ao cardeal D. Jorge da Costa (fl. 23); do envio de Pero Correia a Roma em 1496 para transmitir informações a D. Jorge da Costa (fl. 23); do envio a Roma de João Subtil, para se juntar a Duarte Galvão no pedido ao papa de que promovesse uma cruzada



Conforme se poderá verificar no quadro 1 do apêndice, o texto que aqui se analisa permite identificar 24 missões diplomáticas enviadas por D. Manuel I ao estrangeiro, a um ritmo médio de quase uma missão por ano de reinado (0,9). Não abundam dados seguros para efetuar comparações com outros reinados²⁸, mas é possível tentar algumas aproximações. Alice Santos, estudando a longa governação de D. João I, identificou 55 missões (1,15 por ano)²⁹. As listas de despesas com embaixadas publicadas por Jorge Faro apontam cinco missões enviadas por D. Duarte (uma por ano) e 77 por D. Afonso V até 1473 (2,2 por ano)³⁰. Ou seja, segundo o catálogo de Francisco Dionísio, o *Venturoso*, no que toca ao envio de diplomatas ao estrangeiro, aproxima-se do ritmo do rei de *Boa Memória* e do seu sucessor, mas não atinge sequer metade dos valores médios do reinado do *Africano*. Estas conclusões, contudo, são meramente indicativas e têm de ser encaradas com muita cautela, pois baseiam-se num estudo e em fontes que não são diretamente comparáveis, com graus distintos de exaustividade e de

(fl. 23v); da cimeira para ajuste de limites de conquista em África entre D. António de Noronha, escrivão da puridade, e o corregedor de Jaen, em 1508 (fl. 23v); do pedido de desculpas que D. Manuel solicitou que Cristóvão Correia, que estava em Castela, apresentasse a Fernando o *Católico* por ter recebido em Évora dois nobres castelhanos que estavam desavindos com ele (fl. 24); do pedido de informações a Rui Fernandes de Almada, que se encontrava na Flandres, sobre a situação política daquela região após a morte de Fernando o *Católico* (fl. 24; nesta altura, Rui Fernandes de Almada não se encontrava em missão diplomática, cf.: Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata, *Rui Fernandes de Almada, diplomata português do século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, pp. 8-9); da missão secreta de obtenção informações (poder-se-á falar de espionagem?) de Silvestre Nunes ao ducado da Saboia, em 1520 ou 1521 (fl. 24).

²⁸ Um dos objetivos da tese de doutoramento que estou a desenvolver é o estabelecimento de um quadro das missões promovidas por D. Duarte, D. Afonso V e D. João II tão rigoroso quanto possível.

²⁹ Maria Alice Pereira Santos, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa, Tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta, 2015. pp. 537-541.

³⁰ Jorge Faro, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965. pp. 77-82.

valor histórico desigual (desde logo, deve ter-se em conta a já apontada a exiguidade dos testemunhos em que se baseia o catálogo que aqui se trata).

No que toca aos destinos, apenas são identificados três: Castela (12 missões, 50% do total), Santa Sé (oito missões, 33,3% do total) e Império (quatro missões, 16,6% do total)³¹. Um dado que não pode deixar de causar alguma estranheza. É certo que desde a fundação da nacionalidade os reinos ibéricos e o Papado eram os principais interlocutores de Portugal em matérias de política externa, mas nunca, nos reinados anteriores ao de D. Manuel I, o quadro diplomático terá sido tão restrito, encontrando-se documentado o envio de embaixadas a potências como a Borgonha, a França, a Inglaterra, Veneza e o reino de Fez. Uma vez mais, há que ter em conta que este catálogo se baseia quase exclusivamente na crónica que Damião de Góis escreveu sobre o *Venturoso* e que a maior parte dessa obra é dedicada aos feitos do Oriente – é natural, portanto, que o autor, no escasso espaço que reservou para as questões internas e para as relações europeias, tenha dado primazia às entidades políticas com quem as relações eram, sem dúvida, mais intensas: Castela e o Papado³².

Os objetivos das missões podem dizer-nos tanto sobre os móveis da diplomacia como sobre o que Damião de Góis julgou mais interessante registar. No caso das relações com Castela e o Império, predominam as embaixadas destinadas a tratar de negócios matrimoniais (nas suas diversas vertentes: negociar acordos, concluí-los, acompanhar a noiva na viagem para o reino). Segue-se um conjunto de missões realizadas em tempos de transição de reinados, com o intuito de felicitar os novos monarcas e de apresentar pêsames

³¹ Poder-se-ia acrescentar o ducado da Saboia, se se tivesse em conta a missão de ‘espionagem’ para lá enviada.

³² Neste caso, mesmo as embaixadas enviadas ao Império são dedicadas a negociações de âmbito peninsular, refletindo a união dinástica entre os Trastâmara castelhano-aragoneses e os Habsburgo austríacos.

pelos falecidos, o que eventualmente seria tão motivado por uma necessidade de manter relações cordiais com o reino de quem Portugal era mais próximo (desde logo a nível familiar) como pela vontade de estar presente e acompanhar de perto momentos políticos que podem ser delicados. O ajuste de fronteiras e de espaços de conquista também era tratado pela diplomacia destas potências. Os motivos das embaixadas enviadas a Roma eram mais diversificados, mas talvez se possa distinguir três tipos de objetivos: prestar obediência aos pontífices (no início do reinado e no princípio de novos pontificados); incentivar os papas à promoção de novas cruzadas (retomando uma prática do tempo de D. Afonso V); tratar de negócios eclesiásticos diversos.

Em síntese, os catálogos de missões enviadas de Francisco Dionísio de Almeida dão-nos conta da expedição média anual de uma embaixada ao estrangeiro, sendo os principais destinos Castela e o Papado e as maiores motivações a negociação de alianças matrimoniais, a demonstração de cortesia e acompanhamento da situação política peninsular, a prestação de obediência aos pontífices e o incentivo à realização de novas cruzadas.

3. Embaixadas recebidas

Porventura, o panorama das missões acolhidas por Portugal durante o reinado de D. Manuel é mais representativo da diversidade de potências com quem o reino se relacionava do que o das embaixadas enviadas. Curiosamente, o número de missões que tiveram Portugal como destino é o mesmo das de movimento inverso: 24 (média de 0,9 por ano). Os interlocutores é que são diferentes. Na linha da frente mantêm-se, como seria de esperar, Castela e o Papado, com sete embaixadas cada. Seguem-se as 'novidades', que são Veneza (quatro missões), Saboia (três), Inglaterra e França (uma cada)³³. Estes dados refletem dois

aspectos: por um lado, confirmam a tendência para o alargamento do quadro diplomático que se verificava desde o advento da dinastia de Avis; por outro, espelham circunstâncias específicas do reinado do *Venturoso*, como o acentuar de uma rivalidade entre Portugal e Veneza pelo comércio de produtos ultramarinos (ao mesmo tempo que os dois estados eram aliados no combate ao Turco) e o estabelecimento de uma nova aliança matrimonial com o ducado da Saboia.

Os motivos destas missões são muito diversificados, mas há dois tipos que se destacam: as embaixadas relacionadas com a participação portuguesa em alianças ou operações de natureza militar (especialmente contra o Turco, mas também no quadro da rivalidade entre Castela e a França); e as demonstrações de amizade e cortesia por potências estrangeiras, através da felicitação do monarca pelo acesso ao trono ou da apresentação de condolências na sequência da morte das rainhas (com Castela e Veneza como principais interlocutores). Houve ainda vários assuntos de natureza eclesiástica tratados com Roma. Face aos objetivos das embaixadas enviadas por D. Manuel ao estrangeiro, assinala-se um peso muito menor dos negócios matrimoniais, que é fácil de entender: normalmente, as alianças deste tipo forjavam-se no local de origem da potencial noiva; durante o reinado do *Venturoso*, Portugal só teve duas infantas para 'colocar' no mercado matrimonial; uma delas, Isabel, só viria a casar quando o *Piedoso* já se sentava no trono, e apesar de se ter começado a tratar do seu casamento ainda em vida do pai, essa união esteve sempre associada à do príncipe D. João com a irmã de Carlos V, pelo que as negociações decorreram essencialmente em Castela; a outra, Beatriz, viria a ligar-se ao duque de Saboia, e foi esse matrimónio que motivou as três embaixadas enviadas pelo

do que este documento dá a entender. D. Manuel terá recebido, por exemplo, pelo menos uma embaixada oriunda do Império, em 1514, de que dá conta o relato da estadia em Lisboa de Jan Tacoen van Zillebeke. Cf. *Lisboa em 1514. O relato de Jan Tacoen van Zillebeke*, coord. Jorge Fonseca, Lisboa, Edições Húmus, 2014, p. 124.

³³ Regista-se também a receção de uma embaixada enviada pelas Comunidades de Castela, à revelia das autoridades oficiais do reino. O alargamento do quadro diplomático foi, na realidade, ainda mais expressivo



ducado. Por fim, assinala-se a referência a um castelhano que “estava por embaixador em Portugal”, Fernão de Ayala, e que foi substituído após a morte de Fernando III de Aragão, que remete para a instalação dos primeiros diplomatas permanentes no reino, uma prática com origem nas repúblicas italianas que se estava a consolidar no Ocidente e que teve na monarquia católica um dos seguidores mais precoces³⁴.

Um quadro diplomático mais diversificado, um reino aliciado para diversas alianças e operações militares, testemunhos dos primórdios da instalação das embaixadas permanentes em Portugal. São estes os principais aspetos que relevam dos catálogos de missões diplomáticas acolhidas pela corte de D. Manuel I.

4. Os embaixadores

Ao longo do século XV, o perfil social do pessoal diplomático, pelo menos nos reinos peninsulares, parece ter evoluído no sentido de incorporar cada vez menos clérigos e cada vez mais letrados, como reflexo da composição dos respetivos Conselhos régios, principal ‘campo de recrutamento’ de diplomatas³⁵. O objetivo deste ponto é verificar qual era o cenário no reinado de D. Manuel I, mesmo tendo em conta as insuficiências desta tripartição entre nobres, clérigos e letrados – porque houve embaixadores que se enquadraram em mais do que uma dessas categorias e porque não é evidente que a inclusão num desses estatutos, por si só, constituísse um critério fundamental na seleção dos agentes.

³⁴ Miguel Ángel Ochoa Brun, *Historia de la diplomacia española*, vol. IV, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1995, pp. 23-26.

³⁵ Isabel Beceiro Pita, “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455)”, in *La Península Ibérica en la Era dos los Descubrimientos. Actas, III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*, vol. II, Sevilha, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1997, pp. 1735-1744; Isabel Beceiro Pita, “La tendencia a la especialización de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón (1412-1465)”, *XV Congreso de Historia de la Corona de Aragon. Actas*, vol. II, Saragoça, Gobierno de Aragon, 1997, pp. 443-455.

Os dados sobre os embaixadores do *Venturoso* identificados nestes catálogos, cujas breves notícias biográficas são apresentadas em apêndice, permitiram apurar a seguinte distribuição pelos perfis sociais tradicionais:

Tabela 1 – Perfil social dos embaixadores de D. Manuel I

Perfil social	Número de diplomatas	Porcentagem de diplomatas
Nobres	10	41,7
Clérigos	5	20,8
Letrados	5	20,8
Desconhecido	4	16,7
Total	24	100

Em linhas gerais, verifica-se que predominam os nobres, que representam mais de 40% do total de diplomatas, seguidos dos clérigos e dos letrados, com valores idênticos (20,8%). Estes dados, à primeira vista, são pouco conclusivos. De uma análise mais fina ressaltam os seguintes factos:

1. Os nobres que participaram em missões diplomáticas pertenciam maioritariamente a círculos próximos dos monarcas (de D. Manuel mas também de D. João II), tendo desempenhado cargos nas suas casas ou na administração. Apenas um foi detentor de um título, D. Diogo Lobo, segundo barão de Alvito, mas outros dois eram filhos de titulares: D. João de Castelo Branco, provavelmente filho do conde de Portimão, e D. Rodrigo de Castro, filho do conde de Monsanto. Destes aristocratas, seis participaram em missões enviadas a Castela e quatro integraram embaixadas a Roma.
2. Os clérigos identificados só foram encarregados de missões junto dos pontífices e todos se destacaram pelas importantes posições que ocuparam na hierarquia da Igreja (bispos, arcebispos,

cardeais, um prior de Guimarães). Um deles, D. Henrique Coutinho, também serviu D. Manuel como Desembargador do Paço e das Petições.

3. Dos cinco letrados, quatro integraram o desembargo do *Venturoso* e detinham graus académicos: três doutores e um licenciado. A esses juntava-se Duarte Galvão, que foi secretário de D. Afonso V e cronista-mor do reino. Os destinos das suas missões eram diversificados: Castela, Roma, Aragão, Império.
4. Em relação aos embaixadores cujo perfil está insuficientemente documentado e/ou que é impossível enquadrar num dos três perfis gerais, destacam-se as ligações de Cristóvão Barroso, Pero Correia e Tomé Lopes à Flandres e o papel que a feitoria portuguesa em Antuérpia teria no relacionamento político entre Portugal e o Império³⁶.

Quer porque os catálogos aqui analisados não são exaustivos em relação ao reinado de D. Manuel I, quer porque as notícias biográficas que acompanham este estudo não são absolutamente esclarecedoras, não é possível apresentar conclusões taxativas sobre o perfil dos embaixadores do *Venturoso*. Os indícios apurados apontam para uma escolha *ad hoc* dos diplomatas em função da natureza da missão e do destino. Mais do que o perfil social, a proximidade pessoal e política ao monarca pesariam no processo de seleção³⁷.

³⁶ O perfil, as funções e o papel político dos feitores portugueses em Antuérpia são analisados (e comparados com os dos feitores em Bruges) em: A. H. de Oliveira Marques, “Notas para a história da feitoria portuguesa na Flandres, no século XV”, in *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega, 1980, pp. 159-193, *maxime* pp. 192-193.

³⁷ Num estudo mais aprofundado, impor-se-ia uma análise detalhada dos vínculos entre estes indivíduos e D. Manuel I, olhando sobretudo às funções que exerceram na casa do monarca e à integração e participação no Conselho Real. Alguns desses aspetos têm sido tratados em trabalhos de Susannah Humble Ferreira: Susannah Charlton Humble, *From royal household to royal court: a comparison of the development of the courts of Henry VII of England and D. Manuel of Portugal*, Tese de doutoramento apresentada à John Hopkins University, 2003; S.C. Humble Ferreira, “The development of the

A experiência prévia poderia ser útil, mas não era fundamental, por isso tanto deparamos com indivíduos que desempenharam diversas missões (e que seriam, de algum modo, especialistas em funções dessa natureza) como com outros que as executaram pontualmente. Certo é que a existência de carreiras exclusivamente diplomáticas era ainda uma realidade distante.

5. Caminhos a prosseguir

Os dados aqui apresentados sobre a diplomacia de D. Manuel I são, como já foi referido, condicionados pela natureza e limitações da fonte em que se baseia este estudo. Por isso, mais do que constituírem um quadro seguro, as informações avançadas podem servir sobretudo como indiciadoras de linhas gerais e de tendências que só trabalhos muito mais aprofundados poderão confirmar ou infirmar. Os caminhos a prosseguir poderão passar por:

1. Exame mais pormenorizado dos factos sumariados por Francisco Dionísio de Almeida. Isso implicaria que em relação a cada embaixada enviada e recebida pelo *Venturoso* se tentasse apurar ao certo em que datas decorreu, que itinerários seguiu, que agentes envolveu, a que documentos deu origem, etc. Para além disso, também poderia ser útil um inquérito mais aprofundado sobre o perfil dos embaixadores, que se poderia concretizar através da elaboração de um catálogo prosopográfico.
2. Alargamento do *corpus* documental. Para além da monumental crónica de Damião de Góis, outras fontes narrativas podem ser consultadas, tanto portuguesas como estrangeiras. A essas deve juntar-se o exame da diversa documentação diplomática que se encontra disponível

portuguese Royal Council in the reign of Manuel I (1495-1521)”, in *Portuguese Studies Review*, n.º 12, 2004, pp. 1-17; Susannah Humble Ferreira, “Os castelos e o Conselho Real: patrocínio político em Portugal (1495-1521)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, tomo I, 2010, pp. 121-139.



em fundos da Torre do Tombo, como as Gavetas ou o Corpo Cronológico, e em arquivos estrangeiros. Diversos volumes do *Quadro Elementar...* do Visconde de Santarém poderão constituir uma espécie de guia numa primeira fase dessa pesquisa.

3. Alargamento da perspectiva geográfica. Os catálogos de Francisco Dionísio de Almeida são eminentemente eurocêtricos, mas a verdade é que D. Manuel I também recorreu à diplomacia para estabelecer relações políticas em África e no Oriente.
4. Alargamento do questionário e do âmbito temático do estudo, tendo em conta as mais recentes perspectivas sobre a história da diplomacia da Idade Média e do Renascimento³⁸. Vários aspetos poderão ser abordados: a tipologia da documentação diplomática; a diversidade de agentes; o financiamento das missões; os rituais e a etiqueta; as viagens e os aspetos logísticos das missões, entre outros. As origens do processo de estabelecimento de embaixadas permanentes no estrangeiro (em Castela e em Roma fundamentalmente) são um assunto que, remontando ao reinado de D. Manuel, continua a necessitar de cabal esclarecimento.

Os fólios 17 a 24v do manuscrito Add. MS. 20958 da Biblioteca Britânica revestem-se de um duplo interesse para a historiografia portuguesa. São, por um lado, um testemunho singular sobre a forma de estudar História em Portugal nos primórdios do desenvolvimento metódico da disciplina, remetendo para o

labor dos primeiros anos da Academia Real da História. Por outro lado, constituem uma base que, se lida criticamente, pode contribuir para o esboço de algumas das linhas de força da diplomacia portuguesa no reinado de D. Manuel I. Com este estudo, pretendeu-se abrir esse caminho através da disponibilização do texto e da sistematização e análise sumária dos dados que contém. De alguma forma, resgatou-se também a memória de Francisco Dionísio de Almeida da Silva Oliveira, um jovem historiador desaparecido em 1722, cujo trabalho se encontrava 'sepultado' num manuscrito britânico. Que o que fez há quase trezentos anos ainda possa ter alguma utilidade é o que mais se deseja.

³⁸ Veja-se, sobre isso: Stéphane Péquignot, "Les diplomaties occidentales, XIII^e-XV^e siècles", in *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux. XLI Congrès de la SHMESP (Lyon, 4-6 juin 2010)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2011, pp. 47-66; John Watkins, "Toward a new diplomatic history of medieval and early modern Europe", *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, n.º 38, 2008, pp. 1-14.

**Apêndice I - Quadros**

Quadro 1 – Missões enviadas por D. Manuel I ao estrangeiro, segundo Francisco Dionísio de Almeida

Ano	Destino	Embaixadores	Objetivos	Fólio
1495	Castela	Gonçalo de Azevedo	Informar os Reis Católicos sobre a subida ao trono de D. Manuel e transmitir aos filhos do duque de Bragança a autorização para regressarem ao reino	23
1496	Castela	Álvaro de Bragança	Negociar o casamento de D. Manuel com a princesa D. Isabel	23
1496	Roma	Jorge da Costa	Prestar obediência a Alexandre VI e tratar de outros negócios	17
1497	Castela	João Manuel	Concluir o negócio do casamento de D. Manuel com a princesa D. Isabel	17
1497	Castela	Álvaro de Bragança	Acompanhar a princesa D. Isabel na viagem para Portugal	23
1498	Roma	Rodrigo de Castro Henrique Coutinho	Censurar o estilo de vida do papa e a forma como exercia as suas funções	17
1500 ³⁹ [1498/1499]	Castela	João Manuel	Negociar o casamento de D. Manuel com a infanta D. Maria	17v
1500	Castela	Rui de Sande	Concluir a negociação do casamento de D. Manuel com a infanta D. Maria	17v
150[0]	Roma	Francisco Lopes	Negociar a elevação ao cardinalato do prior de Santa Cruz de Coimbra, D. João de Noronha	23v
1505	Roma	Diogo de Sousa Diogo Pacheco	Prestar obediência ao papa Júlio II, requerer confirmação da posse da Ordem de Cristo e bula de cruzada	17v
150[5]	Império	Pero de Gouveia	Negociar os casamentos do príncipe D. João com a infanta D. Leonor e da infanta D. Isabel com o príncipe D. Carlos	23v
15[...]	Império	Tomé Lopes	Negociar os casamentos do príncipe D. João com a infanta D. Leonor e da infanta D. Isabel com o príncipe D. Carlos	23v
1506	Roma	Duarte Galvão João Subtil ⁴⁰	Solicitar ao papa que promovesse uma cruzada	23v
1506	Castela	Diogo Lobo	Na sequência da morte de Isabel <i>a Católica</i> , apresentar a amizade de D. Manuel pelos novos monarcas	17v
1508	Castela	João de Faria	Ajustar limites da conquista em África entre Portugal e Castela	24

³⁹ Na verdade, a ter sido mesmo D. João Manuel a protagonizar esta embaixada, esta missão deve ter decorrido nos últimos meses de 1498 ou primeiros de 1499, após a morte da rainha Isabel em agosto daquele ano, uma vez que o embaixador já tinha falecido em 4 de setembro de 1499, quando o seu filho Bernardo foi provido como seu substituto como camareiro-mor

do *Venturoso*. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, pp. 28-29 (este documento é incorretamente datado por Braamcamp Freire, que situa a sua emissão em 4 de abril de 1499; cf. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 19v).

⁴⁰ Juntou-se mais tarde.



Ano	Destino	Embaixadores	Objetivos	Fólio
1511	Castela	Joane Mendes de Vasconcelos	Acertar as posições de Portugal e Castela no Concílio de Latrão e abordar a intenção de Fernando <i>o Católico</i> invadir o reino de Fez, espaço de conquista português	24
1513	Roma	Tristão da Cunha Diogo Pacheco João de Faria	Prestar obediência ao papa Leão X	18
1516	Castela	João Roiz de Sá de Meneses	Visitar Fernando <i>o Católico</i> , que estava doente, e, após a sua morte, apresentar os pêsames à nova rainha	24
1516	Império	Pero Correia	Negociar o casamento da infanta D. Isabel com o arquiduque D. Carlos	18
1516	Império	Cristóvão Barroso	Tratar dos negócios que Pero Correia não tivera oportunidade de concluir	24
1517	Roma	Miguel da Silva	Solicitar ao papa que promovesse uma cruzada contra os Turcos, outros assuntos	18
1517	Castela	Álvaro da Costa	Dar as boas-vindas a D. Carlos e tratar dos casamentos de D. Manuel com a infanta D. Leonor e de D. Carlos com a infanta D. Isabel	18v
1519	Roma	João Castelo Branco	Solicitar ao papa que negasse ao bispo do Porto e a alguns abades as isenções que pretendiam face ao arcebispado de Braga	18v
1520	Castela	Joane Mendes de Vasconcelos [Esporão]	Estava por embaixador em Castela	18v

Quadro 2 – Missões diplomáticas recebidas por D. Manuel I, segundo Francisco Dionísio de Almeida

Ano	Origem	Embaixadores	Objetivo	Fólio
1495	Castela	Alonso da Silva	Felicitar D. Manuel pelo subida ao trono, oferecer-lhe a mão da infanta D. Maria e solicitar-lhe que autorizasse o regresso ao reino dos filhos do duque de Bragança	19
1496	Veneza		Felicitar D. Manuel pelo acesso ao trono	19
1497	Castela	Alonso da Silva	Incentivar D. Manuel a entrar numa liga contra a França	19
1499	Roma		Oferecer uma espada e uma carapuça a D. Manuel e agradecer-lhe pelas admoestações dos seus embaixadores	22
1501	Veneza		Solicitar apoio militar contra os Turcos	19v
1501	Roma		Solicitar apoio militar contra os Turcos (o núncio apresentou-se juntamente com os embaixadores de Veneza)	19v
1502	Veneza	Pedro Pascalligo	Agradecer o apoio militar português contra os Turcos	19v



Ano	Origem	Embaixadores	Objetivo	Fólio
1505	Roma	Fr. Mauro Hispano	Apresentar cartas do papa sobre queixas do sultão a propósito da guerra no Oriente	22
1511	Roma	Guilherme Casador	Convocar D. Manuel e os prelados do reino para o V Concílio de Latrão	19v
1511	Castela	Lopo Furtado de Mendonça	Acertar a posição dos dois reinos no Concílio de Latrão	22
1511	Inglaterra		Entregar a D. Manuel as insígnias da Ordem da Jarreteira	22
1511	Roma	Fr. Vicente	Entregar breve que suspendia a elevação de D. Martinho da Costa a cardeal	22v
1514	Roma	Antonio Piscio	Assegurar a execução das bulas concedidas aquando da embaixada de Tristão da Cunha a Roma	19v
1516	França	Governador de Avinhão	Convidar D. Manuel a entrar na aliança entre o reino de França e o arquiduque D. Carlos (tratado de Noyon)	20
1516	Saboia	Senhor de "Consinham", Honorato de Caix	Negociar o casamento do duque da Saboia com a infanta D. Beatriz	20
1516	Castela	Fernão de Ayala	Estava por embaixador em Portugal	20
1516	Castela	Cardeal Ximenes Gomes	Substituiu Fernão de Ayala como embaixador em Portugal após a morte de Fernando o Católico	20
1517	Roma	Cardeal Egídio	Persuadir D. Manuel a entrar numa liga contra os Turcos	20
1517	Castela	Fr. Miguel de Salamanca, Paulo de Armanhor	Apresentar condolências pela morte da rainha D. Maria	20v
1520	Castela	Monsieur de Lachaulx	Apresentar notícias sobre a situação da Flandres	20v
1520	Saboia	Honorato de Caix	Negociar o casamento do duque da Saboia com a infanta D. Beatriz	20v
1520	Comunidades de Castela	Deão de Ávila	Oferecer os reinos de Leão e Castela a D. Manuel	20v
1521	Saboia	Monsieur de Balsião, Jofre de Paceris	Concluir a negociação do casamento do duque da Saboia com a infanta D. Beatriz	20v
1521	Veneza	Alexandre Pezaro	Negociar um acordo sobre o comércio de especiarias	21

Apêndice II - Notas biográficas dos embaixadores identificados por Francisco Dionísio de Almeida

1. Álvaro de Bragança

Também conhecido como Álvaro de Portugal, era filho de D. Fernando, segundo duque de Bragança. No reinado de D. Afonso V, foi Regedor da Casa da Suplicação e Chanceler-mor. Na sequência da conjura contra D. João II, que culminou com o assassinato do seu irmão, exilou-se em Castela. Regressou no reinado de D. Manuel e desempenhou missões diplomáticas em Castela (1496, 1497)⁴¹.

2. Cristóvão Barroso

Foi criado da infanta D. Isabel, duquesa da Borgonha, e vedor das casas do duque Carlos o Temerário e dos imperadores Maximiliano e Carlos V. Quando o embaixador Pero Correia regressou a Portugal após a sua missão junto de Maximiliano, ficou responsável pela conclusão de alguns negócios na corte imperial⁴².

3. Diogo Lobo

Filho de João Fernandes da Silveira, membro do Desembargo de D. Afonso V e de D. João II e protagonista de inúmeras missões diplomáticas, Diogo Lobo sucedeu ao pai como Barão de Alvito. Foi Vedor da Fazenda entre 1496 e 1525, quando morreu. Membro do Conselho Régio desde 1484, foi ainda mordomo-mor do *Príncipe Perfeito* e do *Venturoso*⁴³.

4. Diogo Pacheco

Doutor. Desembargador da Casa da Suplicação a partir de 1505, mantinha-se no Desembargo em 1521. Foi enviado a Roma como embaixador em 1505 e 1513⁴⁴.

5. Diogo de Sousa

Frequentou a Universidade de Salamanca e doutorou-se na Universidade de Paris. Foi deão da capela real, bispo do Porto (1495- 1505) e arcebispo de Braga (1505-1532). Foi enviado como embaixador a Roma em 1493 e em 1505⁴⁵.

6. Duarte Galvão

Filho de Rui Galvão, escrivão da puridade de D. Afonso V. Foi cronista-mor do reino, secretário do *Africano* e membro do Conselho Régio. Participou em diversas missões diplomáticas enviadas a Aragão (1481), Império (1486, 1506), França (1506), Roma (1506) e Etiópia (1515-1517)⁴⁶.

7. Francisco Lopes

Esteve em missão em Roma, pelo menos, entre 28 de agosto de 1500 e 28 de dezembro de 1503⁴⁷.

8. Gonçalo de Azevedo

Doutor em Leis, na Universidade de Pisa, em 1482. Foi Desembargador do Paço e das Petições, pelo menos, entre 1496 e 1516. Desempenhou ainda funções como Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, Chanceler-mor

⁴¹ Eugénia Pereira da Mota, *Do Africano ao Príncipe Perfeito (1480-1483). Percursos na burocracia régia*, vol. II, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto, 1989, pp. 30-36.

⁴² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, cap. I, pp. 1-2.

⁴³ Diogo Faria, *A Chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais*, Porto, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto, 2013, pp. 166-173.

⁴⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 23, fl. 46, livro 39, fl. 26v.

⁴⁵ Avelino de Jesus Costa, "Sousa, Diogo de", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 70-73.

⁴⁶ Ana Paula Avelar, "Galvão, Duarte", in *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*, dir. Francisco Contento Domingues, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, pp. 421-422.

⁴⁷ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 3, n.º 25, maço 4, n.º 46. A rigorosa identificação desta figura exige estudos mais aprofundados, pois as possibilidades de homonímia são inúmeras.



interino e Chanceler-mor da rainha D. Leonor. Foi alcaide-mor de Sintra, senhor de Ponte de Sor e membro do Conselho Régio. Foi enviado como embaixador a Castela em 1495⁴⁸.

9. Joane Mendes de Vasconcelos

Filho de Álvaro Mendes de Vasconcelos, segundo senhor do morgado do Esporão. Por diversas vezes, representou D. Manuel I em Castela, entre 1502 e 1520⁴⁹.

10. João de Castelo Branco⁵⁰

Possivelmente, era o filho de D. Martinho de Castelo Branco (primeiro conde de Portimão, Vedor da Fazenda de D. Manuel I e D. João II) que foi comendador de Aljezur⁵¹. Estaria como embaixador em Roma em 1519.

11. João de Faria

Doutor. Foi embaixador de D. Manuel I em Castela em 1508 e em Roma entre 1512 e 1514. Em 1521, substituiu Rui da Grã como Chanceler-mor. No reinado de D. João III, voltou a desempenhar missões diplomáticas em Roma e na corte de Carlos V⁵².

12. João Manuel

Filho de D. João Manuel, que foi bispo de Ceuta e da Guarda, e de Justa Rodrigues, que foi ama de

D. Manuel I. D. João II fez-lhe mercê do título de Dom. Foi camareiro-mor do *Venturoso*, membro do seu Conselho e alcaide-mor de Santarém. Foi enviado como embaixador a Castela em 1497 e em 1498 ou 1499⁵³.

13. João Rodrigues de Sá de Meneses

Familiar dos condes de Tarouca e de Borba, serviu nas campanhas militares africanas do reinado de D. Manuel I. Foi alcaide-mor do Porto e senhor de Sever. Representou o *Venturoso* em Castela em 1516⁵⁴.

14. João Subtil

Foi capelão de D. Manuel I, reitor da Universidade de Lisboa e bispo de Safim entre 1512 e 1536⁵⁵. Representou o *Venturoso* em Roma em 1506.

15. Jorge da Costa

Foi confessor de D. Afonso V, bispo de Évora (1463-1464), arcebispo de Lisboa (1464-1501) e de Braga (1501-1508). Elevado a cardeal em 1476. Representou D. Manuel I em Roma em 1496⁵⁶.

16. Henrique Coutinho

Filho de D. Fernando Coutinho, marechal do reino. Foi prior da Colegiada de Guimarães e Desembargador do Paço e das Petições. Foi enviado como embaixador ao papa Alexandre VI em 1498⁵⁷.

⁴⁸ Diogo Faria, *A Chancelaria de D. Manuel I...*, pp. 215-217.

⁴⁹ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, pp. 386-388.

⁵⁰ Não foi possível apurar qualquer informação adicional sobre a embaixada que Francisco Dionísio de Almeida situa em Roma em 1520, protagonizada por um D. João de Castelo Branco. Tendo isso em conta, não é absolutamente segura a identificação do diplomata.

⁵¹ *Livro de Linhagens do Século XVI*, ed. António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956, pp. 282-283.

⁵² Ana Isabel Buescu, *D. João III, 1502-1557*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 164-191; Visconde de Santarém, Luís Augusto Rebelo da Silva, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*, vol. X, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1866, pp. 170-186.

⁵³ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, pp. 28-29. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. XI, Coimbra, Atlântida, 1953, pp. 235-237.

⁵⁴ Luís Fardilha, "João Rodrigues de Sá de Meneses na corte de D. Manuel", *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, n.º 20, 2003, pp. 305-316; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. XXXVIII, p. 94.

⁵⁵ José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 300, 596.

⁵⁶ Manuela Mendonça, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*, Lisboa, Colibri, 1991.

⁵⁷ António Caetano de Sousa, *História Genealógica...*, vol. XII, pp. 220-221.

17. Miguel da Silva

Filho de D. Diogo da Silva de Meneses, primeiro conde de Portalegre. Estudou nas universidades de Lisboa, Paris e Siena. Em 1514, foi nomeado representante permanente de D. Manuel em Roma, em substituição de João de Faria, onde se manteve até 1525. Foi bispo de Viseu entre 1526 e 1547 e, em 1539, foi elevado a cardeal⁵⁸.

18. Pero Correia

Criado de D. Manuel I residente na Flandres, enviado como embaixador ao imperador em 1516. Integrou o Conselho de D. João III, ao serviço de quem desempenhou outras missões diplomáticas em Castela⁵⁹.

19. Pero de Gouveia

Licenciado. Membro do Desembargo, pelo menos, entre 1498 e 1520, como Juiz dos Feitos do Rei e Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação. Enviado como embaixador ao Império em 1505⁶⁰.

20. Rodrigo de Castro

Filho bastardo de D. Álvaro de Castro, primeiro conde de Monsanto. Cavaleiro-fidalgo, foi capitão-mor de Arzila e de Tânger (1501-1502), senhor de Valhelhas, Famalicão e Almendra e alcaide-mor da Covilhã. Foi enviado como embaixador ao papa Alexandre VI em 1498⁶¹.

21. Rui de Sande

Foi moço de câmara de D. João II. Durante o reinado do *Príncipe Perfeito*, participou em várias missões de entrega de correspondência aos Reis Católicos. No reinado de D. Manuel I foi-lhe atribuído o título de Dom. Foi enviado como embaixador a Castela em 1500⁶².

22. Tomé Lopes

Feitor de Portugal em Antuérpia. Representou várias vezes D. Manuel I na corte do imperador Maximiliano⁶³.

23. Tristão da Cunha

Filho de Nuno da Cunha, camareiro-mor do infante D. Fernando, foi fidalgo da casa real pelo menos a partir de 1490. Participou na tentativa de conquista de Mazalquivir em 1501 e foi capitão-mor da armada que partiu para a Índia em 1506. Durante essa viagem, foram descobertos o arquipélago a que foi atribuído o seu nome e a ilha de Ascensão, e foi conquistada a ilha de Socotorá. Desenvolveu negócios privados em Lisboa e no Oriente. Participou na embaixada enviada a Roma em 1514⁶⁴.

⁵⁸ Ana Isabel Buescu, "D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, tomo I, 2010, pp. 141-168.

⁵⁹ Ana Isabel Buescu, *D. João III...*, pp. 72, 164-191, 241.

⁶⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 14, fl. 83v, livro 28, fl. 83, livro 36, fl. 64v; *Corpo Cronológico*, parte I, maço 5, n.º 38.

⁶¹ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, p. 147. António Caetano de Sousa, *História Genealógica...*, vol. XI, pp. 497-498.

⁶² Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, p. 152. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991, p. 107.

⁶³ Jürgen Pohle, "Maximiliano I e Portugal", in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, coord. Alexandra Pelúcia, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2005. [Consultado em 17/06/2016] Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?print_conceito=1265.

⁶⁴ António Alberto Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português, Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974; Jean Aubin, "Pour une biographie de Tristão da Cunha [ca. 1460-1539]", in *Le Latin et l'Astrolabe, recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion et les relations internationales*, vol. II, Lisboa, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Comissão pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 2000, pp. 557-562.

Apêndice III - Documento⁶⁵

[1721]

Catálogos de missões diplomáticas enviadas e recebidas por D. Manuel I, elaborados por Francisco Dionísio de Almeida, académico da Academia Real da História Portuguesa.

Londres, British Library, *Additional Manuscripts*, ms. 20958, fls. 17-24v.

[fl. 17] Memoria dos embaixadores que El Rei Dom Manoel mandou a diversos Principes da Europa

O Cardeal Dom Jorge da Costa estando em Roma deu obediencia por El Rey Dom Manoel ao Papa Alexandre 6.^o para o que lhe foi levado procuração e tratou outros alguns negocios deste ano que dezejo saber.

O Papa respondeo e a el Rey e a el Rey [sic] com grandes expersões do gosto que tivera pella sua sucessão nesta coroa. Goes, parte 1^a da Chronica del Rey Dom Manoel, capítulo 7, fl. 7⁶⁶ – Anno de 1496.

Dom João Manoel camareiro mor del Rey Dom Manoel foi mandado por embaixador a Castela para concluir o casamento del Rey com a Princeza Dona Izabel a quem recebeu por procuraçam e depois de vencidas algumas deficultades que houve voltou a Portugal com a Raynha Princesa – foi no anno de 1497, voltou em setembro de 1497.

Dom Rodrigo de Castro Alcaide Mor da Covilhã e senhor de Valhelhas e Dom Hemriques Coutinho filho do Marichal Dom Fernando Coutinho Dezembargadores do Paço forão mandados por el Rey Dom Manoel

⁶⁵ Os critérios de transcrição adotados são os sugeridos em Avelino de Jesus da Costa, *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos Medievais e Modernos*, 3^a edição, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

⁶⁶ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XVII, pp. 34-35.

de Aranda do Douro quando se retirava dos Reynos de Castela por Embaixadores ao Papa Alexandre 6.^o para o admoestar que quizesse por ordem na dissolução de sua vida e costumes e na expedição dos Breves e Bullas e de outras cousas que na Corte de Roma se tratavão de que toda a Cristandade recebia escandallo o que lhe requererão juntamente com Gracilajo Embaixador dos Reis Cattólicos das quais admoestações e protestos tirarão instrumentos publicos que trouxerão e o Papa pos melhor ordem na sua vida. Goes, parte 1^a, capítulo 33, fl. 26⁶⁷ – forão no Anno de 1498, vierão.

[fl. 17v] Dom João Manoel camareiro mor foi 2^a vez por embaixador aos Reys Cattólicos tratar o 2^a casamento del Rey com a Infanta Dona Maria e sem acabar o negocio morreo em Castela – foi no anno de 1500.

Ruy de Sande foi mandado por El Rey com carater de embaixador a acabar este contrato do seu casamento o que effectuou, era homem fidalgo e bom cavaleiro e mui estimado dos Reys Cattólicos porque os tinha servido muito bem, nas guerras de Granada – foi no Anno de 1500.

El Rey Dom Manoel voltando elle da Embaixada lhe fez merce do titulo de Dom para elle e todos seus descendentes e o fez veador da Raynha alem de tença e ordenado que lhe deu.

E os Reys Cattólicos lhe derão o habito de São Tiago, com huma boa tença e comenda. Goes, parte 1^a, capítulo 46, fl. 44⁶⁸ – veyo.

Dom Diogo de Souza Bispo do Porto e o Dom Diogo Pacheco Embaixadores del Rey Dom Manoel que por elles mandou dar obediencia ao Papa Jullio 2^o que neste tempo era Pontifice e lhe mandou requerer a confirmação da Ordem de Cristo alem de que lhe mandou pedir Cruzada para ajuda da despeza que fazia em

⁶⁷ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XXXIII, pp. 64-65.

⁶⁸ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XLVI, pp. 101-104.



Africa o qual Bispo do Porto o Papa confirmou no Arcebispado por apresentação e suplicação del Rey e voltou ao Reyno neste mesmo anno. Goes, parte 1ª, capítulo 93, fl. 93⁷⁰ – forão no Anno de 1505, veyo em setembro do mesmo anno.

Dom Diogo Lobo barão de Alvito foi por Embaixador a Phellipe 1º quando veyo a tomar posse do Reino de Castela offerendolhe da parte del Rey Dom Manoel sua amizade e obras de bom Parente e Amigo. Foi muy bem recebido destes Principes que lhe fizerão algumas merces e responderão a El Rey com reciprocos cumprimentos. Goes, parte 2ª, capítulo 13, fl. 21⁷¹ – foy no Anno de 1506, veyo.

Estavão embaixadores de Portugal em Roma. Goes, parte 3ª, capítulo 23, fl. 48⁷² – nos Annos digo⁷³ <no Anno de> 1511.

[fl. 18] El Rey Dom Manoel mandou seus Embaixadores ao Concilio Lateralense que convocara o Papa Julio 2º. Carta original del Rey Dom Manoel. Suponho que entre elles seria Francisco Soares de Mello Porque diz a Choronica dos Agostinhos que foi Embaixador a Roma com Tristão da Cunha o que não pode ser e poderia nacer a equivocação de ter ydo no mesmo Anno – no principio do Anno de 1513.

Tristão da Cunha Embaixador a Roma e por socesores os Dom Dom [sic] Diogo Pacheco e João de Faria e por secretario Gracia de Rezende. Esta Embaixada como foi tão celebre tras Damião de Goes com bastante individuação. Parte 3ª, cap. 55-56, fl. 99 ate

102⁷⁴ – foi no fim do Anno de 1513.

Pero Correa foi por Embaixador a Maximiliano 1º e o negocio de sua Embaixada era ajustar o casamento do Archiduque Dom Carlos com a Infanta Dona Izabel e tãobem o casamento do Principe Dom João com a Infanta Dona Leonor irmã do dito Dom Carlos o que antão não teve effeito e foi mandado vir para o Reyno Pero Correa. Goes, parte 4ª, cap. 1º, fl. 1⁷⁵ – foi no Anno de 1516.

Pero Correa estava por Embaixador em Flandes o anno de 1518. Não sei se com 2ª Embaixada ou com a mesma. Goes, parte 4ª, cap. 33, fl. 39⁷⁶.

Dom Miguel da Silva Embaixador del Rey Dom Manoel na corte de Roma por quem mandou pedir ao Papa exhortase aos Principes christãos fazerem guerra ao Turco, que neste tempo estava mui poderoso porque tinha vencido e morto o soldão e tambem suplicou ao Papa que a Ladrões nem falçarios não valessem ordens e trabalhou tãobem no negocio das comendas, Terças, Disimas Ecclesiasticas cuja concepção impugnava os Prellados do Reyno e tinha la seus Procuradores. Goes, parte 4ª, cap. 20, fl. 27⁷⁷ – estava em Roma o anno de 1517, veyo.

[fl. 18v] Dom Alvaro da Costa camariscão del Rey foi por Embaixador a Castela dar a boa vinda a el Rey Carlos e tratar o casamento da Infanta Dona Leonor com El rey Dom Manoel fingindo que a procurava para o Principe e para tratar o da Infanta Dona Izabel com El Rey Dom Carlos o qual não teve effeito. O primeiro se concluiu e o Embaixador recebeu a Infanta com Procuração. Goes, parte 4ª, cap. 33, fl. 39⁷⁸ onde se trata com bastante individuação

⁷⁰ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XCIII, p. 201.

⁷¹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. II, cap. XIII, pp. 39-40.

⁷² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. III, cap. XIII, pp. 87-89.

⁷³ Riscado: “no principio do Anno de 1519”.

⁷⁴ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. III, cap. LV-LVI, pp. 185-190.

⁷⁵ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. I, pp. 1-2.

⁷⁶ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. XXXIII, pp. 72-74.

⁷⁷ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. XX, pp. 50-51.

⁷⁸ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap.



esta Embaixada – foi no Anno de 151[17], veyo no de 151[18].

Dom João de Castelo Branco Embaixador de Portugal na corte de Roma negociou que o Bispo do Porto e alguns Dom Abades e Piores não alcançassem a izempção que pertendião no Arcebispado de Braga. Cara original del rey Dom Manoel – foi, Estava em Roma no anno de 1519, veyo.

Joanne Mendes do Esporão Embaixador de Portugal na corte de Castela ao Emperador Carlos 5º que pedio a El Rey Dom Manoel o deixase passar com elle a Flandes por ser Pessoa de que gostava muito do que El Rey se escusou. Goes, 4ª parte, cap. 58 [sic], fl. 63⁷⁹ – foi, estava em Castela em 152[0], veyo no mesmo anno.

Francisco de Mello Soares chanceler mor del Rey Dom Manoel Diz a Choronica dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, 2ª parte, n.º 12, cap. 16, n.º 15, fl. 573⁸⁰ que fora por Embaixador del Rey Dom Manoel ao Emperador Carlos 5º. Não sei o tempo nem o negocio⁸¹.

Pedesse ingenuamente toda a noticia do tempo em que sahirão estes embaixadores de Portugal e voltaram ao reino e tãobem a confirmação se forão ou não os seus nomes, titulos ou officios e alguma noticia da sua genealogia, forma em que derão suas Embaixadas que negocios tratarão alem dos que se apontão com que

deficuldades e serviço e com quem conferirão as respostas que se lhe derão e merces que lhes forão feitas e finalmente tudo o que parecer util para a composição das Memorias.

[fl. 19] **Catalogo dos Embaixadores que diversos Reys da Europa mandarão a El Rey Dom Manoel**

Dom Alonço da Silva Embaixador dos Reys Dom Fernando e Dona Izabel para dar o parabem a El Rey de ter sucedido na Coroa de Portugal – veyo a Montemor-o-Novo em 1495.

E para lhe oferecer o cazamento da Infanta Dona Maria o que antão não teve effeito.

E para pedir a el Rey que restituysse ao Reino os filhos do Duque de Bragança e assim Dom Alvaro sentio o que logo se fez. Goes, 1ª parte, cap. 11, fl. 9 da Choronica del Rey Dom Manoel⁸², Zurita, Annales de Aragon, tomo 5º, n.º 2, cap. 17, fl. 81. Difere em dizer que Alonço da Silva estava em Portugal ao tempo que El Rey Dom Manoel foy chamado – Despediose.

Hum Embaixador de Veneza recebeu El Rey em Torres Vedras que lhe vinha dar o parabem da parte da Republica de ter sucedido na Coroa – veyo em janeiro de 1496.

El Rey o armou cavaleiro e lhe fez muitas merces pellas quais elle voltando a Veneza disse no senado muitos louvores del Rey. Goes, parte 1ª, cap. 16, fl. 12⁸³ – Despediose.

Dom Alonço da Silva mandado 2ª vez pellos Reys de Castela para tratar com el rey Dom Manoel que entrasse com elles em hua liga de Amigos de Amigos e Inimigos de Inimigos com que pertendião que os ajudasse na guerra que trazião com França do que El Rey se escuzou promentendo comtudo que se El Rey de França entrasse nos Reynos de Castela antão lhe daria socorro contra elle. Goes, parte

XXXIII, pp. 72-74.

⁷⁹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. CLIV, pp. 118-120.

⁸⁰ Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, 1668, parte II, livro XII, cap. XVI, p. 573.

⁸¹ Neste caso, Francisco Dionísio de Almeida interpretou deficientemente a informação de Fr. Nicolau de Santa Maria. Na verdade, o cronista dos Agostinhos refere que Francisco de Melo Soares era casado com D. Catarina de Faria, filha de João de Faria, esse sim, Chanceler-mor de D. Manuel I (nomeado em abril de 1521) e embaixador a Roma e a Castela. De resto, tanto quanto se sabe, nenhum individuo com esse nome integrou sequer a administração central no tempo do Venturoso. Cf. Diogo Faria, A Chancelaria de D. Manuel I....

⁸² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XI, pp. 22-23.

⁸³ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XVI, pp. 33-34.



1ª, cap. 19, fl. 14⁸⁴. Zurita não faz memória de tal embaixada. O Padre Mariana falla em que os Reys Cattolicos pertenderão esta liga porem no anno antecedente – veyo em 1497, despediose.

[fl. 19v] Dous Embaixadores da Republica de Veneza vierão pedir a El Rey Dom Manoel quizesse socorrer com a Armada em que intentava passar a Africa. El Rey os recebeu em Lisboa nos Paços de Santos o Velho e lhe concedião o que pedião. Goes, parte 1ª, cap. 47, fl. 45⁸⁵ – vierão em 1501, Despedirão-se.

Hum Nuncio de Sua Santidade juntamente com os Embaixadores de Veneza pedio a El Rey este socorro. Goes, parte 1ª, fl. 86 – veyo, Estava em Portugal em 1501, Despedio-se.

Pedro Pascalligo Embaixador da Republica de Veneza veyo a este Reino agradecer a El Rey o socorro que lhe mandara contra os Turcos – veyo, Estava em Portugal em Junho de 1502, Despedio-se.

E estando em Portugal foi Padrinho do Principe Dom João e el Rey o armou Cavaleiro e lhe deu licença para que pudese trazer no Escudo de suas Armas a Esphera dourada e lhe fez outras muitas merces que elle fez publicas no senado de Veneza e juntamente disse muitos louvores del Rey. Goes, parte 1ª, cap. 62, fl. 62⁸⁷.

Guilhelmo Casador Nuncio de Sua Santidade veyo a convocar a El Rey Dom Manoel e aos Prelados deste Reyno onde se havia de tratar a expedição contra os Turcos e outras materias – veyo no fim do Anno de 1511⁸⁸.

El Rey lhe fez merce de 200 Cruzados e huma mulla bem guarnecida de seda e deulhe o privilegio ainda que fosse ele estrangeiro que pudese ter Beneficios no Reyno que não excedesem o numero de 300 cruzados de renda. Carta del rey Dom Manoel – Despedio-se.

Antonio Piscio Nuncio de Sua Santidade trouxe a El Rey a concepção das terças e Dizimas das Igrejas e os Mosteiros para as comendas na execução deste negocio não lhe faltarão deficultades. Goes, 3ª parte, cap. 56, fl. 11⁸⁹. El Rey lhe fez muitas merces – veyo em 1514, Despedio-se em 1515.

[fl. 20] O senhor de Lanjaque Governador de Avinhão foi mandado por el Rey Francisco de França 1º a persuadir a El Rey Dom Manoel na liga que então se fazia na cidade de Noyon entre elle e o Archiduque Dom Carlos do que El Rey se escuzou conhecendo que aquella liga havia ser pouco duravel – veyo em 1516.

Deu a sua Embaixada em Almeyrim fazendo huma oração latina muito elegante. Goes, parte 4ª, cap. 4, fl. 4⁹⁰ – Despediose.

O senhor de Confinhão e Pedro Cayz Embaixadores do Duque de Saboya Dom Carlos vierão a Portugal para tratarem o casamento do dito Duque com a Infanta Dona Beatriz que por então não teve effeyto e não sei porque. Goes, parte 4ª, cap. 70, fl. 86⁹¹ – veyo em 1516, Despediose.

O cardeal Egidio tenho por certo que veyo a Portugal para persuadir a El Rey da parte de Sua Santidade a entrar na liga contra os Turcos – veyo em 1517.

A rezõens em que me fundo são que El Rey Dom Manoel tinha mandado propor ao Papa

⁸⁴ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XIX, pp. 37-38.

⁸⁵ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XLVII, pp. 104-106.

⁸⁶ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XLVII, pp. 104-106.

⁸⁷ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. LXII, pp. 139-140.

⁸⁸ Na margem direita, com outra tinta: “Concílio Lateranense”.

⁸⁹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. III, cap. LVI, pp. 188-190.

⁹⁰ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. IV, p. 8.

⁹¹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. LXX, pp. 162-167.

que fizesse esta convocação geral aos Principes Cattolicos.

2ª porque na repartição das terras que se haviam de conquistar se limitava lugar a El Rey Dom Manoel e por estas rezões se vê claramente que não havia o Papa deixar de lhe mandar seu Embaixador e não se sabendo quem fosse e vindo o Cardeal Egidio a Hespanha parece certo que tambem viria a Portugal como ja tinha sucedido e se tinha praticado em algumas ocasiões. E no tempo do mesmo rey Dom Manoel fez estas duas Embaixadas por cauza comũa Guilhelmo Cassador – Despediose.

Fernão da Ayalla estava por Embaixador em Portugal depois veyo digo em Portugal depois da morte del Rey Cattolico governando Castella o cardeal Ximenes Gomez. Na vida do mesmo Cardeal na Hespanha Illustrada, n.º 6, fl.1088, parte 33 – veyo, Despediose.

[fl. 20v] Frei Miguel de Sallamanca e Misser Paulo de Armaynhor vierão por embaixadores da parte del Rey Carlos para dar o pezame a El Rey Dom Manoel da morte da Raynha Dona Maria. Carta del rey Dom Manoel – vierão em 1517, Despedirãose.

Monseieur de Lachaulx camareiro do Emperador e do seu conselho veyo por Embaixador a El Rey Dom Manoel quando o Emperador voltou de Castela para Flandes. Goes, parte 4ª, cap. 48, fl. 63⁹² – veyo em 1520, Despediose.

Monseieur de Brosy Embaixador do Duque de Saboya veyo a Portugal tratar o casamento da Infanta Dona Beatriz com o dito Duque e alcançou que dentro de 6 meses se lhe daria resposta. Rezende ida da infanta Dona Beatriz para Saboya na Choronica del Rey Dom João II, fl. 143⁹³. Goes diz que este embaixador se

chamava Norato Cayz e me parece que este era o nome proprio e o outro titulo porque concorda no tempo e na negociação. Parte 4ª, cap. 70, fl. 86⁹⁴ – veyo em 1520, Despediose.

O Deão da Sé d'Avilla veyo por Embaixador a Portugal mandado pellas comunidades de Castela offerecendo lhe os Reynos de Castela e Leão se os quizesse aceitar, porem elle lhe respondeo aconselhandoos e presuadindoos que obedecessem e fossem leais ao seu Rey. Goes, parte 4ª, cap. 55, fl. 71⁹⁵. Annales de Aragon, livro 1º del Rey Carlos, cap. 119, fl. 1092. Tras a copia da carta que as comunidades escreveram a El Rey Dom Manoel mas não chega a dizer que lhe oferecerão os Reynos de Castela e Leão – veyo em 1520, Despediose.

Monseieur de Balsisão trez vezes Barão camareiro mor do Duque de Saboya e Jofre de Paceris Doutor em Leys e Dezembargador do Paço e por secretario Chatil [sic] acabarão de ajustar o casamento do Duque Carlos com a infanta Dona Beatriz com quem recebeu o senhor de Balsisão e fizerão toda a função com muita grandeza e cerimonia e forão com a Infanta para a Saboya a 10 dias do mes de agosto de – 1521 – vierão em 1521.

[fl. 21] Alexandre Pezaro general de 5 galliasas foy mandado por Embaixador pella Republica de Veneza a El Rey Dom Manoel para tratar com elle o contrato das Especiarias que lhe vinhão da India que todas pertendião comprar a Republica por um certo preço porque se lhe fazião muy intolleravel que nos lhe tirassemos com o descobrimento da India o grande negocio que tinha em Alexandria e pertendia recuperar a perda ajustando este contracto com Portugal o que por muitas vezes tinha ja procurado sem o conseguir, como tambem agora não teve effeyto. Goes, parte 4ª, cap. 81, fl. 103⁹⁶ – veyo em 1521, Despediose.

⁹² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. XLVIII, pp. 118-120.

⁹³ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, pp. 319-334.

⁹⁴ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. LXX, pp. 162-167.

⁹⁵ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. LV, pp. 133-135.

⁹⁶ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap.



Neste anno de 1521 falleceu El Rey Dom Manoel e diz Goes, parte 4ª, cap. 83, fl. 104⁹⁷ que estavam em Lisboa Embaixadores de quasi todos os Reys e Principes da Europa e do Summo Pontifice e tambem de muitos Rey de Africa e Azia, porem de nenhum declara os nomes⁹⁸.

Pedesse ingenuamente toda a noticia do tempo em que vierão estes Embaixadores a Portugal ou se expedirão e tambem a confirmação se vierão ou não, os seus nomes, ou titulos, a forma em que derão suas Embaixadas, que negocios tratarão, alem dos que se apontão, com que deficultades e sucesso, com quem conferirão as respostas que se lhe derão e merces que lhe forão feitas e finalmente tudo o que parecer util para a composição das memorias.

[fl. 22] Menistros que de diversos Reynos vierão a Portugal dos quais ou se ignora o carater ou vierão sem elle

Hum Famalliar do Papa Alexandre 6º trouxe a El Rey Dom Manoel a Espada e carapuça que os Papas costumão benzer e mandar aos Principes quando delles recebe algum grande serviço e parece que foi por lhe agradecer as boas admoestações que lhe fez por seus embaixadores. Goes, parte 1ª, cap. 34, fl. 27⁹⁹. Não sei com que carater – veyo em 1499, Despediose.

Frei Mauro Hispano guardião do Monte Sion veyo a Lixboa com cartas do Papa Jullio 2º em que mandava pedir concelho e parecer a El Rey Dom Manoel sobre queixas que lhe escrevia o sultão da guerra que se lhe fazia na India e

LXXXI, pp. 193-194.

⁹⁷ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. LXXXIII, pp. 195-197.

⁹⁸ Na margem direita, com outra letra e outra tinta: “o nuncio parece que era Uberto Ganudra [*palavras riscadas*] [...]”.

⁹⁹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XXXIV, pp. 65-66.

trouxe o treslado da Carta do Sultão. Esta carta e o treslado tras Goes, parte 1ª, cap. 93, fl. 93 ate fl. 95¹⁰⁰ – veyo em 1505, Despediose em Junho do mesmo anno.

Lopo Furtado de Mendonça foi mandado por El Rey de Castela a Portugal para ajustar algumas diferenças que entre o Estado Ecleziastico e secular havia em Hespanha e se havião de tratar no Concilio de Piza. Assim o diz Goes, porem deve de ser o Concilio Lattaranense que o de Piza era junto cos Cardeais Scismaticos e El Rey Cattolico e o de Portugal não se apartarão da obbediencia do Pontifice e consta isto ser verdade por cartas originaes del Rey Dom Manoel. Goes, parte 3ª, cap. 23, fl. 47¹⁰¹ – veyo em 1511, Despediose.

El rey Henrique 8º de Inglaterra mandou Ordem da Gorrothea a El Rey Dom Manoel, não se declara por quem. Como tambem constando que no tempo del Rey Dom Manoel sempre houve amizade entre estas duas Coroas. E sendo estes dois [Reys] cazados com duas irmãs não se acha me[moria] de nenhum Embaixador que de hum ou outro Reyno fosse mandado – Anno de 1511.

[fl. 22v] Frei Vicente veyo a Lisboa com cartas do papa Julio 2º e Credito para que com hum breve seu suspendese outro pello qual fazia Cardeal a petição del Rey Dom Manoel a Dom Martinho da Costa Arcebispo de Lisboa. Goes, 3ª parte, cap. 23, fl. 48¹⁰² – veyo 151[11].

Hum frade de São Francisco veyo ocultamente fallar no Cazamento da Infanta Dona Beatriz com o Irmão do Duque Carlos de Saboya a que elle queria fazer deixação de seus Estados porem nem huma couza nem outra teve effeito.

¹⁰⁰ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XCIII, p. 201.

¹⁰¹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. III, cap. XXIII, pp. 87-89.

¹⁰² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. III, cap. XXIII, pp. 87-89.

Pedesse ingenuamente toda a noticia do tempo em que vierão estes Menistros a Portugal ou se despedirão e tambem a confirmação se vierão ou não, os seus nomes, titulos, a forma em que tratarão as suas negociações, defficultades e sucesos, com quem conferirão as Respostas que se lhe derão e merces que lhe forão feitas e finalmente tudo o que parecer util para a composição das Memorias.

[fl. 23] Menistros que forão mandados por El Rey Dom Manoel a diversos Reynos da Europa alguns dos quais forão sem carater e outros se ignora

Gonçallo de Azevedo do Conselho del Rey e seu Dezembargador do Paço foi mandado aos Reys Cattolicos a fazer lhes saber a Sucessão del Rey Dom Manoel na Coroa de Portugal e tambem levou ordem para dizer aos filhos do Duque de Bargarça que podião vir para o Reyno e a seu tio Dom Alvaro e a Dom Alvaro de Atayde. Goes, parte 1ª, cap. 8, fl. 7¹⁰³ – foi em 1495, veyo.

Francisco Fernandez Mestre del Rey Dom Manoel a quem ao depois deu o Bispado de Fez foi a Roma levar procuração ao Cardeal de Portugal para dar obediencia ao Papa Alexandre 6º. Goes, parte 1ª, cap. 8, fl. 7¹⁰⁴ – foi em 1495.

Pero Correa Fidalgo da Caza Real foi a Roma para vir acompanhando athe ao Reino o Cardeal Dom Jorge da Costa quando por rogos del Rey Dom Manoel queria voltar para Portugal o que não teve effeyto e tambem para commonicar lhe alguns negocios que o Cardeal havia de fazer não se declarão quais fossem. Goes, parte 1ª, cap. 15, fl. 12¹⁰⁵ – foi em 1496.

O senhor Dom Alvaro foi a Castela tratar o cazamento del Rey Dom Manoel com a Princeza Dona Izabel. Goes, parte 1ª, cap. 22, fl. 17¹⁰⁶, alcançou a segurança de que se havia de fazer este Cazamento com alguma deficultdade – foi em 1496, voltou em 1497.

O senhor Dom Alvaro estando em Castela facillitou que a vinda da Raynha Princeza se fizesse no tempo em que estava assignado sem embargo das novas defficultdades que havia e acompanhou a Princeza a Portugal. Goes, parte 1ª, cap. 24, fl. 18¹⁰⁷ – succedeo isto em 1497, voltou em Janeiro do mesmo anno.

[fl. 23v] Francisco Lopes era agente de Portugal na Corte de Roma e tratou o negocio a que o Papa desse o Capello de Cardeal a Dom João de Noronha Prior de Santa Cruz de Coimbra o que não teve effeito. Choronica dos Conegos Regrantes de Santo Augustinho, 2ª parte, cap. 30, n.º 1 athe o fim do capitulo 34, n.º 8, fl. 284¹⁰⁸ – foi, estava em 150[0].

O Lecenciado Pero de Govea foi mandado ao Emperador Maximiliano e a El Rey Phellippe seu filho no tempo que fazião guerra ao Duque de Gueldres para tratar o cazamento do Principe Dom Carlos com a Infanta Dona Izabel. Goes, 4ª parte, cap. 33, fl. 39¹⁰⁹ – foi conforme me parece em 150[0].

Thome Lopes que era Feytor del Rey Dom Manoel em Flandes foi mandado ao Emperador depois do Licenciado Pero de Govea a tratar o mesmo negocio, não sey o tempo nem o carater.

Acho o Emperador em Inspurg porem no negocio não concluhio couza alguma – foi.

¹⁰³ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. VIII, pp. 16-19.

¹⁰⁴ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. VIII, pp. 16-19.

¹⁰⁵ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XV, p. 33.

¹⁰⁶ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XXII, pp. 41-43.

¹⁰⁷ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. I, cap. XXIV, pp. 46-48.

¹⁰⁸ Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem...*, parte II, liv. IX, caps. XXX-XXXIV, pp. 270-285, *maxime* cap. XXX, pp. 272-273.

¹⁰⁹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. XXXIII, pp. 72-74.



Duarte Galvão do Conselho del Rey foi mandado ao Papa Julio 2º suplicando a Sua Santidade que exhortase aos Principes christãos para fazerem guerra aos Inimigos da Fé e cobrarem a Caza Santa de Hjeruzalem para o que offerencia El Rey a sua Pessoa e Reyno. Goes, parte 2ª, cap. 13, fl. 21¹¹⁰ – foi em 1506.

João Sutil Cappellão del Rey que depois foi Bispo de Çafim foi tambem a Roma estando ainda la Duarte Galvão tratar o mesmo negocio, porem ambos com pouco effeito. Goes idem¹¹¹ – foi em 150[...].

Dom Antonio de Noronha Escrivão da Puridade del Rey Dom Manoel ajustou as limitações das conquistas entre Portugal e Castela com Gomes de Santilhana corregedor da cidade de Jaen porem não se declara em que Reyno foi feito este Contrato ou em que lugar nem com que Carater Concorrião estes dous Menistros. Goes, 2ª parte, cap. 30, fl. 50¹¹² – foi isto em 140[...]^[sic]¹¹³.

[fl. 24] João de Faria foi mandado a Castela para acabar de desfazer algumas duvidas que acrescerão sobre este mesmo negocio. Goes idem¹¹⁴ – Parece que foi no mesmo Anno.

Cristovão Correa estava em Castela no anno de – 1508.

No qual tempo El Rey lhe mandou Ordem desse de Sua parte desculpas a El Rey Cattolico por terem vindo ao seu Reyno o Duque de Medina Sydonia e Dom Pedro Girão seu Cunhado porque isto fora feito sem consentimento seu.

Goes, ibidem¹¹⁵.

Joanne Mendes de Vasconcellos foi mandado a Castela por El Rey Dom Manoel para tomar Assento acerca dos negocios que se havião de tratar no Concillio Latheranense e assim sobre algumas praticas que soube se tratavão entre El Rey Fernando e El Rey de Fez e Mulley Alcoarraxa que podião ser de muito prejuizo a estes Reynos porque el rey Cattolico pertendia envadir o Reyno de Fez que he da conquista de Portugal. O modo com que esta expedição se tratava tras Goes, 3ª parte, cap. 23, fl. 47¹¹⁶ – foi em 1511.

João Roiz se Sa de Menezes foi mandado a Castela vezitar El Rey Dom Fernando que estava doente da enfermidade de que morreo e depois lhe mandou El Rey Ordem para dar o pezame a Raynha Germana ^[sic] e ao Infante Dom Fernando e tratar varios negocios que não declara. Goes, parte 4ª, cap. 1, fl. 1¹¹⁷ – foi em janeiro de 1516, voltou em Agosto do mesmo anno.

Rui Fernandez de Almada estava com negocios desta Coroa em Flandes quando morreo El Rey Cattolico e antão lhe mandou El Rey que o avivase de tudo o que tratava o Archiduque Dom Carlos depois da noticia da morte do avou. Goes idem¹¹⁸ – foi, estava no anno de 1516.

Christovão Barrozo Veador da caza do Emperador Maximiliano retirandose o Embaixador Pero Correa ficou fazendo os negocios da coroa de Portugal em Flandes. Goes idem¹¹⁹ – no anno.

¹¹⁰ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. II, cap. XIII, pp. 39-40.

¹¹¹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. II, cap. XIII, pp. 39-40.

¹¹² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. II, cap. XXX, pp. 92-94.

¹¹³ O ano é 1508. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. II, cap. XXX, pp. 92-93.

¹¹⁴ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. II, cap. XXX, pp. 92-94.

¹¹⁵ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. II, cap. XXX, pp. 92-94.

¹¹⁶ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. III, cap. XXIII, pp. 87-89.

¹¹⁷ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. I, pp. 1-2.

¹¹⁸ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. I, pp. 1-2.

¹¹⁹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. I, pp. 1-2.



[fl. 24v] Silvestree Nunes Escrivão da Camara del Rey Dom Manoel foi secretamente a Saboya para se informar do Estado, Senhorio e poder do Duque que então pertendia cazar com a Infanta Dona Beatriz. Goes, 4ª parte, cap. 70, fl. 87¹²⁰ – foi no anno de 152[...], veyo.

Pedesse ingenuamente toda a noticia do tempo em que sahirão estes Menistros de Portugal e voltarão ao Reyno e tambem a confirmação se forão ou não, seus nomes, titulos, officios e carater ou alguma noticia da sua geneologia, a forma como tratarão as suas negociações, defficuldades e sucesos, com quem conferirão as repostas que se lhe derão, e merces que lhe forão feitas e finalmente tudo o que for util a composiçã das Memorias.

¹²⁰ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, vol. IV, cap. LXX, pp. 162-167.



Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas:

Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT], *Chancelaria de D. Manuel I*, livros 14, 23, 28, 35, 36, 39.

ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 3, n.º 25, maço 4, n.º 46, maço 5, n.º 38.

ANTT, *Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V*, liv. 10, fl. 168v.

British Library, *Additional Manuscripts*, ms. 20958, fls. 17-24v.

Fontes impressas:

Collecçam dos documentos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, ed. Manuel Teles da Silva, Lisboa, 1722.

FARO, Jorge, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

Lisboa em 1514. O relato de Jan Tacoen van Zillebeke, coord. Jorge Fonseca, Lisboa, Edições Húmus, 2014, p. 124.

Livro de Linhagens do Século XVI, ed. António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991.

SANTA MARIA, Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Rerantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, 1688.

Summario da Bibliotheca Lusitana, vol. II, Lisboa, 1786.

Bibliografia:

ANDRADE, António Alberto Banha de, *História de um fidalgo quinhentista português*,

Tristão da Cunha, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.

AUBIN, Jean, *Le Latin et l'Astrolabe, recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion et les relations internationales*, vol. II, Lisboa, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Comission pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 2000.

AUBIN, Jean, *Le Latin et l'Astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel, 1495-1521*, vol. III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

AVELAR, Ana Paula, "Galvão, Duarte", in *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*, dir. Francisco Contento Domingues, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, pp. 421-422.

BARATA, Maria do Rosário de Sampaio Themudo, *Rui Fernandes de Almada, diplomata português do século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971.

BECEIRO PITA, Isabel Beceiro, "La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455)", in *La Península Ibérica en la Era dos los Descubrimientos. Actas, III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*, vol. II, Sevilha, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1997, pp. 1735-1744.

BECEIRO PITA, Isabel, "La tendencia a la especialización de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón (1412-1465)", *XV Congreso de Historia de la Corona de Aragon. Actas*, vol. II, Saragoça, Gobierno de Aragon, 1997, pp. 443-455.

BUESCU, Ana Isabel, "Damião de Góis", in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, coord. Alexandra Pelúcia, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2005. [Consultado em 5/06/2016] Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=792>.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III, 1502-1557*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

- BUESCU, Ana Isabel, “D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, tomo I, 2010, pp. 141-168.
- COSTA, Avelino de Jesus, “Sousa, Diogo de”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 70-73.
- COSTA, João Paulo Oliveira, *D. Manuel I, Um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.
- DIAS, João José Alves, BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, BRAGA, Paulo Drumond, “A conjuntura”, in *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 689-760.
- FARDILHA, Luís, “João Rodrigues de Sá de Meneses na corte de D. Manuel”, *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, n.º 20, 2003, pp. 305-316.
- FARIA, Diogo, *A Chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais*, Porto, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto, 2013.
- FERREIRA, S.C. Humble, “The development of the portuguese Royal Council in the reign of Manuel I (1495-1521)”, in *Portuguese Studies Review*, n.º 12, 2004, pp. 1-17.
- FERREIRA, Susannah Humble, “Os castelos e o Conselho Real: patrocínio político em Portugal (1495-1521)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, tomo I 2010, pp. 121-139.
- FRAGOSO, José Manuel, *A História Diplomática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 1997.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- HUMBLE, Susannah Charlton, *From royal household to royal court: a comparison of the development of the courts of Henry VII of England and D. Manuel of Portugal*, Tese de doutoramento apresentada à John Hopkins University, 2003.
- LOUREIRO, Rui Manuel, “Góis, Damião de”, in *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*, dir. Francisco Contento Domingues, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, pp. 451-454.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força*, 2ª edição, Lisboa, Tribuna da História.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, “D. Manuel I”, in *No Alvorecer da Modernidade*, coord. Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 443-449.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, 3ª edição, Coimbra, Almedina.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “Notas para a história da feitoria portuguesa na Flandres, no século XV”, in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega, 1980, pp. 159-193.
- MATTOSO, José, *A escrita da História, teoria e métodos*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- MENDONÇA, Manuela, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*, Lisboa, Colibri, 1991.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Idade Moderna (séculos XV-XVIII)”, in *História de Portugal*, coord. Rui Ramos, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, pp. 199-435.
- MOTA, Eugénia Pereira, *Do Africano ao Príncipe Perfeito (1480-1483). Percursos na burocracia régia*, vol. II, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto, 1989.
- MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural, e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Minerva, 2003.
- OCHOA BRUN, Miguel Ángel, *Historia de la diplomacia española*, vol. IV, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1995.

- PAIVA, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- PÉQUIGNOT, Stéphane, “Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècles”, in *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux. XLI Congrès de la SHMESP (Lyon, 4-6 juin 2010)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2011, pp. 47-66.
- POHLE, Jürgen, “Maximiliano I e Portugal”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, coord. Alexandra Pelúcia, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2005. [Consultado em 17/06/2016] Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1265>.
- SANTARÉM, Visconde de, SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*, vol. X, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1866.
- SANTOS, Maria Alice Pereira, *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa, Tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta, 2015.
- SARAIVA, A. J., LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª edição, Porto, Porto Editora, 1996.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. II, 3ª edição, Lisboa, Verbo, 2001.
- SILVA, Manuel Teles da, *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, Lisboa, 1727.
- SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. XI, Coimbra, Atlântida, 1953.
- TORGAL, Luís Reis, “Antes de Herculano...”, in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 23-42.
- TOVAR, Conde de, *Catálogo de manuscritos portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*, Lisboa, Academia das Ciências, 1932.
- WATKINS, John, “Toward a new diplomatic history of medieval and early modern Europe”, *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, n.º 38, 2008, pp. 1-14.

